

Diferenças entre governadores

O governador de Pernambuco, Joaquim Francisco Cavalcanti (PFL), vai defender reformas imediatas na Constituição durante a reunião dos governadores segunda-feira em Brasília. Joaquim Francisco afirmou ontem, em Recife, que para dar rapidez ao eventual processo de alteração da Constituição os pontos mais polêmicos — como a estabilidade no emprego dos servidores e o monopólio da exploração do petróleo — deveriam ser deixados de lado num primeiro momento. “Poderíamos nos concentrar nas teses menos polêmicas, como a queda da isonomia salarial, uma reforma fiscal que abra a economia do País ao capital estrangeiro e a participação do capital estrangeiro na exploração do subsolo”, disse. Ele também incluiu entre as questões mais consensuais a reforma tributária: “Hoje, os Estados têm poucos recursos.”

Joaquim Francisco ressaltou que a reunião não tem por finalidade a discussão da reforma constitucional, mas acha que pode impulsionar a questão. Ele tem consciência de que os governadores não detêm o controle do Congresso, mas irá discutir com sua bancada as modificações que con-

sidera fundamentais na Constituição.

O governador de Minas Gerais, Hélio Garcia (PRS), antecipou, em Belo Horizonte, que não pretende sugerir mudanças na Constituição. Para ele, a reforma constitucional já está prevista para 1993 e sua antecipação deve ser precedida por um amplo debate com as principais lideranças políticas. Aos amigos mais próximos, porém, Garcia admite que quer ver fora da Constituição a estabilidade para os funcionários públicos, além de defender uma nova reforma fiscal e tributária.

Três governadores do Nordeste disseram ontem em Salvador não concordarem com a troca da renegociação da dívida dos seus Estados por apoio à reforma na Constituição. Os governadores da Paraíba, Ronaldo Cunha Lima (PMDB), e da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PFL), asseguraram não concordar com a vinculação. O governador do Ceará, Ciro Gomes (PSDB), classificou de “extremamente reacionária” a aproximação entre Collor e os governadores: “Não se pode implantar uma política de governadores para controlar e anestesiar o Congresso e eu não mando nos deputados do Ceará.”